

Superior Tribunal de Justiça

**RE nos EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.371.326 -
PR (2018/0251414-5)**

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
RECORRENTE : JACÍDIO CARANDINA
ADVOGADO : ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE VIANNA E OUTRO(S) -
PR007202
RECORRIDO : APARECIDO ODIVALDO RONCHI
RECORRIDO : JOSIANE APARECIDA GUAZELI RONCHI
ADVOGADOS : ARNALDO THOME - SP065965
MAGNO BERGAMASCO - SP248892
HERBERT ZIMERMANN E OUTRO(S) - SP379662

EMENTA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ART. 93, INCISO IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. SUFICIÊNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONFORMIDADE COM O ENTENDIMENTO DA SUPREMA CORTE EM REPERCUSSÃO GERAL. **TEMA 339/STF. SEGUIMENTO NEGADO.**

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por JACÍDIO CARANDINA, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fl. 1.033):

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EMBARGOS À EXECUÇÃO. APELAÇÃO. ALEGAÇÃO DE NULIDADE DO ACÓRDÃO RECORRIDO POR OFENSA AOS ARTS. 489, § 1º, IV, E 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. AGRADO NÃO PROVIDO.

1. A Corte de origem dirimiu a matéria submetida à sua apreciação, manifestando-se expressamente acerca dos temas necessários à integral solução da lide. Dessa forma, não havendo omissão, contradição ou obscuridade no aresto recorrido, não se verifica a ofensa aos arts. 489, § 1º, VI, e 1.022 do CPC/2015.

2. Agravo interno não provido.

Na sequência foram rejeitados os embargos de declaração opostos (fls. 1.057/1.063).

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 1.066/1.077) sustenta a parte recorrente que está presente a repercussão geral da questão tratada e que houve ofensa ao artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal, alegando, para tanto, que mesmo instada a se manifestar em embargos de declaração, esta Corte não se manifestou sobre as teses recursais.

Apresentadas as contrarrazões às fls. 1.085/1.111.

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório.

O recurso extraordinário não comporta seguimento.

Quanto à alegada afronta ao artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal, consoante a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, reafirmada no julgamento, sob o regime de repercussão geral, do AI-RG-QO 791.292/PE, "o artigo 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas" (Tema 339/STF).

A ementa do aresto foi sintetizada nos seguintes termos:

Questão de ordem. Agravo de Instrumento. Conversão em recurso extraordinário (CPC, art. 544, §§ 3º e 4º). 2. Alegação de ofensa aos incisos XXXV e LX do art. 5º e ao inciso IX do art. 93 da Constituição Federal. Inocorrência. 3. O art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas, nem que sejam corretos os fundamentos da decisão. 4. Questão de ordem acolhida para reconhecer a repercussão geral, reafirmar a jurisprudência do Tribunal, negar provimento ao recurso e autorizar a adoção dos procedimentos relacionados à repercussão geral. (AI 791.292 QO-RG, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, julgado em 23/06/2010, REPERCUSSÃO GERAL – MÉRITO DJe-149 DIVULG 12-08-2010 PUBLIC 13-08-2010 EMENT VOL-02410-06 PP-01289 RDECTRAB v. 18, n. 203, 2011, pp. 113-118)

Na espécie, o acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça, impugnado no recurso extraordinário, está de acordo com a orientação do Excelso Pretório, pois foram devidamente explicitadas razões suficientes para o colegiado negar provimento ao agravo interno no agravo em recurso especial e rejeitar os embargos de declaração, hipótese distinta da ausência de motivação do julgado, que caracterizaria ofensa ao princípio constitucional da obrigatoriedade da motivação das decisões judiciais.

A propósito, cumpre transcrever trechos da fundamentação dos arestos:

A irresignação não merece prosperar.

Conforme acentuado na decisão monocrática agravada, a eg. Corte de origem não malferiu os arts. 489, § 1º, IV e 1.022, I, II, parágrafo único, II, do CPC, na medida em que dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas.

De fato, inexistiu omissão no aresto recorrido, porquanto o Tribunal local, malgrado não ter acolhido os argumentos suscitados pelo ora agravante, manifestou-se expressamente acerca dos temas necessários à integral solução da lide, concluindo que a parte ora agravante não cumpriu, a contento, a obrigação contratualmente assumida, no sentido de apresentar certidões dos imóveis rurais negociados, senão vejamos nas seguintes passagens do v. acórdão recorrido, *in verbis*:

"Assim, afere-se que a parte que efetivamente descumpriu o contrato foi o Apelante, pois, como já exposto, a cláusula sétima do instrumento contratual previa o cumprimento de uma obrigação cujo prazo avençado não foi respeitado.

Outrossim, a respeito do descumprimento de tal obrigação,

sustenta o Apelante que apresentou as certidões da FUNAI e do INCRA, com exceção daquelas que dizem respeito às áreas que pendem de regularização junto ao Instituto de Terras de Mato Grosso - Intermat, as quais, de acordo com o texto do Decreto Lei nº 1.546/92 do Estado do Mato Grosso do Sul, não podem ser objeto de reforma agrária ou reserva indígena.

Em análise aos autos, afere-se que, quanto às áreas correspondentes às matrículas n.s 2005, 2304 e 2305, foi apresentado um ofício da FUNAI (mov. 62.5 - fl. 431), o qual informa que, até aquela data, não havia qualquer informação quanto à presença de índios ou grupos indígenas no perímetro indicado.

Ressalta-se que, além de não corresponder à área total vendida, o ofício foi emitido em 29 de novembro de 2013, aproximadamente um ano e meio após o prazo convencionado, o que, per se, já configura a mora do Apelante.

Quanto à certidão do INCRA (mov. 24.9 - fl. 238), tem-se que esta diz respeito apenas ao imóvel de área correspondente a 1.080,0866 ha, o qual, segundo o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR juntado à fl. 420 (mov. 62.5), refere-se à matrícula nº 2305, além de ter sido emitida extemporaneamente, em 12 de dezembro de 2012, sete meses após o prazo previsto na cláusula sétima do instrumento ora discutido.

Neste diapasão, deixou o Apelante de apresentar, mesmo que intempestivamente, a certidão da FUNAI referente ao imóvel de matrícula nº 2363 e às áreas pendentes de regularização junto ao Intermat, bem como a certidão do INCRA correspondente aos imóveis de matrículas nºs 2304, 2005 e 2636 e às demais áreas não regulamentadas.

Quanto à alegada desnecessidade de apresentação das certidões referentes às áreas pendentes de regulamentação em decorrência do disposto no Decreto Lei nº 1.546/92 do Estado do Mato Grosso do Sul, há vários pontos que afastam o acolhimento desse argumento.

Primeiramente, o instrumento contratual não afastou tal obrigação, sendo claro ao determinar que o vendedor apresentaria "até o dia 15/05/2012, as competentes certidões da FUNAI e do INCRA, dando conta de que referida área não se trata de reserva indígena e também não é destinada à reforma agrária" (fl. 50), sem qualquer exceção.

Em segundo lugar, o contrato de compra e venda descreve duas áreas pendentes de regularização, com extensões correspondentes a 575,684 ha e 332,98 ha, as quais, segundo o Apelante, estão sob domínio do Intermat.

Mesmo se fosse o caso de acolher tal alegação, não há prova nos autos de que essas áreas estejam sob o domínio do Intermat e, tampouco, qualquer declaração do instituto neste sentido, pelo que o Apelante não pode simplesmente copiar um texto de lei a fim de se eximir da apresentação das certidões.

Isto posto, porquanto o embargado, ora Apelante cumpriu parcialmente a obrigação imposta na cláusula sétima do contrato e, assim mesmo, de forma extemporânea, não merece reforma a sentença, merecendo acolhimento a exceção de contrato não cumprido apresentada pelos embargantes, ora Apelados.

Acerca do tema, dispõe o Código de Processo Civil:

Superior Tribunal de Justiça

Art. 787. Se o devedor não for obrigado a satisfazer sua prestação senão mediante a contraprestação do credor, este deverá provar que a adimpliu ao requerer a execução, sob pena de extinção do processo.

Destarte, porquanto cabia ao vendedor, ora Apelante, demonstrar que a área vendida não se trata de reserva indígena ou de área destinada à reforma agrária, em data anterior ao pagamento da segunda parcela do contrato pelos compradores, cujo vencimento se deu em 15 de maio de 2013, não poderia aquele requerer a execução pela ausência de pagamento da referida parcela sem, antes desincumbir-se de seu ônus.

Ressalta-se que a importância da apresentação das certidões diz respeito a diversas notícias veiculadas na mídia, no sentido de que o Ministério Público Federal estaria fiscalizando a implantação de reforma agrária no município de Brasnorte/MT, onde está localizada a propriedade, bem como que a FUNAI estaria pleiteando a ampliação dos limites demarcados de terras indígenas no mesmo município." (fls. 785/788)

Impende ressaltar, por outro lado, que, "se os fundamentos do acórdão recorrido não se mostram suficientes ou corretos na opinião do recorrente, não quer dizer que eles não existam. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte" (AgRg no Ag 56.745/SP, Relator o eminente Ministro CESAR ASFOR ROCHA, DJ de 12.12.1994).

Não se pode, por outro lado, confundir com omissão o entendimento firmado pelas instâncias locais no sentido de que determinado fato não prescinde de comprovação por prova documental específica - no caso, a apresentação de "certidões da FUNAI e do INCRA, dando conta de que referida área não se trata de reserva indígena e também não é destinada à reforma agrária" -, em contraposição com a tese defendida pela parte ora agravante, no sentido de que o mesmo fato não dependeria da produção de prova, porquanto, no seu entender, seria incontroverso.

Ante o exposto, nega-se provimento ao agravo interno.
É como voto (fls. 1.036/1.038 - agravo interno).

Os embargos de declaração têm como objetivo esclarecer *obscuridade*, eliminar *contradição* ou suprimir *omissão* de ponto ou questão sobre a qual se devia pronunciar o órgão julgador de ofício ou a requerimento das partes, bem como corrigir *erro material* (CPC/2015, art. 1.022). Portanto, é inadmissível a sua oposição para rediscutir questões tratadas e devidamente fundamentadas na decisão embargada, já que não são cabíveis para provocar novo julgamento da lide.

No caso dos autos, a parte embargante afirma, conforme anteriormente relatado, que a eg. Corte de origem teria violado o disposto no art. 1.022 do Código de Processo Civil, porquanto foi omissa com relação à tese jurídica suscitada nas razões da apelação e dos embargos de declaração.

Entretanto, de um simples perscrutar do acórdão embargado, percebe-se que este Colegiado apreciou o ponto em questão, afastando a alegação de ofensa ao dispositivo processual mencionado, senão vejamos: (...)

Superior Tribunal de Justiça

Os presentes embargos declaratórios revelam, portanto, o nítido propósito da parte embargante em rediscutir temas que foram devidamente apreciados, o que é defeso por meio da via processual escolhida, desautorizando, deste modo, o acolhimento da pretensão embutida nesses aclaratórios.

A propósito, alguns arestos proferidos nesse sentido, os quais, embora prolatados sob a égide do CPC/1973, exprimem a firme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça acerca da inadmissibilidade dos embargos de declaração quando opostos fora das exíguas hipóteses legais de seu cabimento, *in verbis*: (...)

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

É como voto (fls. 1.060/1.063 - embargos de declaração).

Em assim sendo, nos moldes definidos pela Corte Suprema, o aresto impugnado foi suficientemente fundamentado, não havendo falar em negativa de prestação jurisdicional quando o Tribunal decide em sentido contrário ao interesse da parte.

Saliente-se que o exame da referida questão constitucional nesta fase processual limita-se à análise acerca da existência de motivação suficiente para embasar o acórdão recorrido, não competindo a esta Vice-Presidência examinar se corretos os seus fundamentos, o que extrapolaria os limites da cognição inerente ao juízo de admissibilidade do recurso extraordinário.

Ante o exposto, com fundamento no art. 1.030, I, alínea "a", segunda parte, do Código de Processo Civil, **nego seguimento ao recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Vice-Presidente